

# O BANCO DO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

## O QUE É UM BANCO DE DESENVOLVIMENTO (BD)?

Não existe definição única. BDs podem diferir quanto a: estrutura de capital (integral ou parcialmente controlado pelo governo); *fundings* (fiscais e parafiscais, captações com clientes ou em mercado, retorno dos ativos); variedade de setores apoiados; porte dos clientes (há instituições que atuam apenas com micro e pequenas empresas e outras com portes diferenciados); modelos de empréstimo (operações diretas e/ou indiretas); condições de crédito; regulação e supervisão (regime especial ou autoridade monetária); e governança corporativa (independente ou controlada pelo Estado). Há igualmente diversos instrumentos de apoio creditício: oferta de financiamento, garantias, seguros, resseguro, participação acionária, equalização de juros, fundos não reembolsáveis, apoio a elaboração de projetos, entre outros.

Os primeiros BDs surgiram em meados do século XIX, na Europa. Desde então, eles vêm cumprindo papel relevante para o desenvolvimento socioeconômico dos países e regiões onde atuam, conforme os diferentes estágios em que se encontram, em cenários tanto de estabilidade quanto de crise.

Além do Brasil, vários países (desenvolvidos e em desenvolvimento) mantêm BDs fortes, como Alemanha, China, Coreia, Espanha, Japão, México, França e Rússia. Cada instituição tem sua forma de operar, mas, em comum, todas auxiliam a implementação de políticas

públicas, complementam as ofertas de apoio financeiro do sistema financeiro privado e contribuem para que os setores privado e público assumam riscos e desafios em investimentos estratégicos de longo prazo. Destaca-se, nas últimas décadas, a crescente atenção desses entes com a integração das dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento.

## QUEM SOMOS?

Somos uma empresa pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, sendo o principal instrumento do Governo Federal para financiamento de longo prazo e investimento nos segmentos da economia brasileira. Com sede oficial em Brasília (DF) e concentração de atividades no Rio de Janeiro, atuamos em todo o território nacional, com escritórios também em São Paulo, Recife e Belém. Operamos desde 1952 e somos hoje um dos maiores BDs do mundo.

Nossas ações são orientadas pelo **Conselho de Administração**, nosso mais alto órgão de governança, pelo **Comitê de Auditoria** e pelo **Conselho Fiscal**. Prestamos contas para diversas instâncias de governo: Ministério da Fazenda, Banco Central, Congresso Nacional, Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU).

São muitos os **públicos com os quais nos relacionamos**, de órgãos de governo, como os

citados acima, a cidadãos brasileiros, passando por fornecedores de bens, serviços e itens financiáveis, clientes, agentes financeiros, formadores de opinião, parceiros institucionais, comunidade acadêmica, entre outros.

## QUAIS SÃO NOSSAS FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS?

Contamos com diversas fontes de recursos para conceder apoio financeiro a investimentos de longo prazo na economia brasileira. O retorno de nossas próprias operações em conjunto com os recursos dos fundos FAT e PIS-Pasep e do Tesouro Nacional representam parcela significativa de nossa estrutura de financiamento. Outros fundos governamentais, captações no exterior (via organismos multilaterais ou emissão de *bonds*), emissões públicas de *debêntures* da BNDESPAR e *Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)* complementam essa estrutura.

### Tesouro Nacional

Entre 2008 e 2014, recebemos expressivos aportes do Tesouro Nacional para realização de nossas operações. A partir de 2015, não houve mais captação de recursos dessa fonte.

Em 23 de dezembro de 2016, concluímos o **pagamento antecipado de dívida** de R\$ 100 bilhões, logo após a operação ter sido considerada legal pelo TCU – tendo em vista o objetivo de reduzir a dívida pública – e aprovada por nosso Conselho de Administração. No início do ano, foi concluído

pagamento de aproximadamente R\$ 28 bilhões, iniciado no ano anterior.

### Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Fundo PIS-Pasep

Por determinação da Constituição Federal de 1988, 40% da arrecadação do PIS-Pasep é destinada ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico por meio do BNDES, de modo a não apenas proteger o trabalhador desempregado, mas também gerar oportunidades de emprego. Em 1990, com a extinção do PIS-Pasep e a criação do FAT, este passou a constituir uma de nossas principais fontes de recursos.

Esses recursos são chamados FAT Constitucional, cabendo ao BNDES a decisão sobre sua aplicação desde que empregados em programas de desenvolvimento econômico. São remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), no caso de financiamentos em reais, ou pela *Libor* mais variação do dólar, no caso de financiamentos à exportação.

Também captamos recursos do FAT na forma denominada FAT Depósitos Especiais, para serem aplicados em programas e setores específicos, previamente determinados e aprovados pela Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo do FAT.

### Emissão de títulos externos (*bonds*)

Desde 1953, captamos recursos no mercado internacional por meio de operações de emissão de *bonds*.

Os *bonds* emitidos têm juros prefixados, determinados em processo de *bookbuilding*, e amortização de principal em parcela única. Nesse caso, a destinação dos recursos não é determinada, permitindo ampliar nosso escopo de atuação.

### Operações com instituições multilaterais e agências governamentais

As captações com organismos multilaterais e agências governamentais são realizadas com instituições parceiras.

Diferentemente das emissões de *bonds*, os recursos captados com essas instituições têm, geralmente, destinação específica a setores ou segmentos empresariais e devem atender às condições da instituição credora.

As principais vantagens dessas fontes são custo estável e prazo de financiamento mais longo em relação às demais captações de mercado, além de seu caráter anticíclico.

### Outros empréstimos no exterior

São operações realizadas com outras instituições no exterior que não organismos multilaterais e agências governamentais, geralmente bancos comerciais ou grupo de bancos comerciais e/ou outras instituições.

### Outras fontes governamentais

Os valores mais representativos referem-se ao Fundo da Marinha Mercante (FMM), cujos recursos

destinam-se ao financiamento a empresas nacionais de navegação, construtores navais brasileiros e à Marinha do Brasil; e ao FI-FGTS, cujos recursos foram captados em 2008 para aplicação em projetos de infraestrutura.

### Debêntures BNDESPAR

Por meio de emissões públicas de *debêntures* da BNDESPAR, contribuímos para o desenvolvimento do mercado brasileiro de *renda fixa* e buscamos a diversificação de fontes de recursos.

### Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)

Realizamos leilões de *Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)* perante instituições habilitadas em plataformas eletrônicas de negociação.

Saiba mais na seção Governança, controle e transparência

Leia mais na seção Nossos relacionamentos

Saiba mais na seção Gestão de riscos e sustentabilidade financeira